



LEI ORDINÁRIA Nº 549

de 14 de dezembro de 2005

"Estima a RECEITA e fixa DESPESA do Município de Chapadão do Sul, para o exercício de 2006".

O Prefeito Municipal de Chapadão do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte LEI:

Art. 1º..

O conjunto do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Município de Chapadão do Sul /MS, para o Exercício Financeiro de 2006, estima à receita e fixa a despesa em igual valor de R\$ 34.700.300,00, (Trinta e quatro milhões, setecentos mil e trezentos reais) discriminados pelos anexos integrantes desta Lei.

Art. 2º..

A Receita decorrerá da arrecadação de tributos e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da Legislação vigente e das especificações constantes dos anexos desta Lei, de acordo com o seguinte desdobramento:

1 . RECEITA DE TODAS AS FONTES	
1.1 RECEITAS CORRENTES	
- Receita Tributária	R\$ 3.729.300,00
- Receita Contribuições	R\$ 1.746.000,00
- Receita Patrimonial	R\$ 1.398.000,00
- Receita Industrial	R\$ 45.000,00
- Receita de Serviço	R\$ 71.500,00
- Transferências Correntes	R\$ 27.886.000,00
- Outras Receitas Correntes	R\$ 287.800,00
TOTAL	R\$ 35.165.000,00

1.2 RECEITAS DE CAPITAL	
- Alienação de Bens	R\$ 21.000,00
- Transferências de Capital	R\$ 2.644.500,00
TOTAL	R\$ 2.665.500,00
TOTAL DE RECEITAS	R\$ 37.830.800,00

1.3 REDUTORES	
- F.P.M	R\$ 825.000,00
- LEI KANDIR	R\$ 40.500,00
- I.C.M.S	R\$ 2.250.000,00
- I.P.I EXPORTAÇÃO	R\$ 15.000,00
TOTAL REDUTORES	R\$ - 3.130.500,00
TOTAL LÍQUIDO	R\$ 34.700.300,00

Art. 3º..

A DESPESA total do Orçamento ascende a R\$ 34.700.300,00 (Trinta e quatro milhões, setecentos mil e trezentos reais) importando o Orçamento Fiscal em R\$ 23.020.900,00 (Vinte e três milhões, vinte mil e novecentos reais) e o Orçamento de Seguridade Social em R\$ 11.679.400,00 (Onze milhões, seiscentos e setenta e nove mil, e quatrocentos reais).

Art. 4º..

A DESPESA será realizada de acordo com as especificações constantes dos quadros que integram esta Lei, observado o seguinte desdobramento:

DESPESA DE TODAS AS FONTES	
DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA	
- Despesas Correntes	R\$ 25.031.265,00
- Despesas de Capital	R\$ 9.426.035,00
- Reserva de Contingência	R\$ 243.000,00
TOTAL	R\$ 34.700.300,00

DESPESAS POR ÓRGÃO	
I - PODER LEGISLATIVO	
0001 Câmara Municipal	R\$ 1.800.000,00

II - PODER EXECUTIVO	
0010 Gabinete do Prefeito	R\$ 1.163.200,00
0020 Secretaria Municipal de Governo	R\$ 187.000,00
0030 Secretaria Municipal de Administração	R\$ 873.500,00
0040 Sec. Mun. de Obras Trans. Sev. Público	R\$ 5.250.700,00
0050 Sec. Mun. de Educação, Cultura e Esporte	R\$ 10.430.400,00
0060 Secretaria Municipal de Saúde	R\$ 6.655.600,00
0070 Secretaria Mun. de Ação Social	R\$ 2.857.800,00
0080 Sec. Mun. Desenvol. Econômico e Meio Ambiente	R\$ 1.351.100,00
0090 Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento	R\$ 1.642.000,00
0099 Reserva de Contingência	R\$ 243.000,00

III - REGIME PRÓPRIO PREVIDÊNCIA	
0091 IPMCS - Inst. Prev. Social Serv Mun Chap do Sul	R\$ 2.166.000,00

Art. 5º..

As Receitas e Despesas totais constantes deste Orçamento estão previstas por Fonte de Recursos com o seguinte desdobramento:

FONTE DE RECURSO		RECEITA		DESPESA
001 Recursos Ordinários	R\$	30.062.500,00	R\$	30.062.500,00
002 Recursos do Estado	R\$	2.049.300,00	R\$	2.049.300,00
003 Recursos da União	R\$	2.588.500,00	R\$	2.588.500,00
TOTAL GERAL	RS	34.700.300,00	RS	34.700.300,00

Art. 6º..

Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a:

I.

abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 20% (vinte por cento) do total da Despesa fixada nesta Lei, utilizando como recursos compensatórios às fontes referidas nos incisos I a III do § 1º, Art. 43 da Lei Federal N°. 4.320 de 17 de março de 1.964.

II.

realizar Operações de Crédito por Antecipação da Receita, conforme permissão contida no parágrafo 8º do Art. 165 e dentro dos limites estabelecidos no inciso III do Art. 167 ambos da CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

Parágrafo único. .

Fica autorizado e não será computada para efeito do limite no inciso I deste artigo a abertura de créditos suplementares:

I.

para atender despesas com pessoal com encargos sociais.

II.

à conta de recursos provenientes de Operações de Crédito autorizadas por Lei:

III.

à conta de recursos transferidos da União e do Estado sob forma de auxílios, convênios ou subvenções.

Art. 7º..

Em decorrência do disposto no artigo 66 e seu parágrafo único, da Lei Federal N°. 4.320, de 17 de março de 1.964, fica o Executivo Municipal autorizado a movimentar por órgãos centrais de controle as dotações atribuídas às diversas unidades orçamentárias e a redistribuir parcelas das dotações, de uma para outra unidade.

Art. 8º..

Esta LEI entrará em vigor em 1º de Janeiro de 2006, revogadas as disposições em contrário.

Chapadão do Sul /MS, 14 de Dezembro de 2005.

JOCELITO KRUGPREFEITO MUNICIPAL

Lei Ordinária N° 549/2005 - 14 de dezembro de 2005

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em